

Funaro descarta

E avisa que FMI e comunidade fina

Dívida Externa

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, terça-feira, 22 de outubro de 1985

11

interferência no ajuste

331

nceira internacional "terão de aceitar" seu plano

SÉRGIO COSTA
Correspondente

Rio — "O Fundo Monetário Internacional (FMI) e a comunidade financeira internacional terão de aceitar o plano de ajuste interno da economia brasileira, a ser divulgado nos próximos meses". A afirmação foi feita ontem pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, enfatizando que o Brasil tem de chegar a um equilíbrio interno, já que não tem controle sobre fatores externos, como juros internacionais, protecionismo e alta do dólar norte-americano. "E se eles não acharem o plano bom, paciência", disse, taxativo.

Funaro, que abriu o 26º Congresso Latino-Americano de Siderurgia, no Hotel Rio Sheraton, reafirmou que não aceitará qualquer interferência do FMI na elaboração do pla-

no de ajuste interno da economia que vem recebendo a colaboração de todos os ministérios, explicando que "mesmo que não existisse o Fundo, esse ajuste teria de ser feito". De acordo com o Ministro, "o ajuste interno é um problema dos brasileiros", não se admitindo a ingerência de organismos estrangeiros, enquanto o ajuste externo é "muito perigoso", quando feito de maneira rápida, "devendo haver uma discussão maior". Acrescentou que "a transparência dos atos de um Governo digno e democrático repudia a farsa de compromissos com o FMI em torno de programas de ajustamento que sabidamente não poderiam ser cumpridos".

O Ministro da Fazenda garantiu que, no pacote fiscal a ser apresentado brevemente, os assalariados e a

classe média não serão os mais atingidos e, sim, outras faixas de população, que não disse quais: "O aumento de impostos não prejudicará pessoas que já deram ou estão dando sua contribuição, mas entre isso e dizer que não existe uma faixa para contribuir agora, há uma diferença muito grande". Frisou que o Governo está procurando um caminho diferente para aplicar essa carga fiscal.

Funaro voltou a criticar a trimestralidade e a escala móvel de salários, dizendo que o Governo não pode oficializá-los, "sob pena de um violento aumento da inflação e do repassados acordos salariais aos custos dos produtos, reconheço a justiça das reivindicações, mas isto explodiria o País". Ele disse que a concessão dessas fórmulas deve nascer espontaneamen-

te, nas negociações salariais, e considerou que "a greve deve ser um último recurso".

Para o Ministro da Fazenda, a continuação dos superávits da balança comercial é fundamental como fonte de recursos para o pagamento da dívida externa, enfatizando que não prejudicará o combate à inflação, "que já está sob controle". Porém, descartou a possibilidade de o Brasil negociar a reserva de mercado na área de informática para conseguir superar um dos maiores problemas de protecionismo: as exportações de aço para os Estados Unidos.

Com relação à reforma tributária de emergência, Funaro explicou que o projeto enviado ao Congresso incluía a transferência de alguns impostos para os Estados e o aumento de 1